Bolsas
Na terça-feira
0,5% São Paulo
Feriado Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
118.383 — 119.076
29/6 30/6 3/7 4/7

Dólar
Na terça-feira
R$ 4,840
(+ 0,67%)

Últimos	
28/junho	4,848
29/junho	4,847
30/junho	4,790
3/julho	4,808

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 5,268

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,62%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

REFORMA TRIBUTÁRIA

Manifesto em favor das mudanças

Carta pública de empresários e economistas afirma que projeto, se aprovado, terá efeito positivo sobre o crescimento do país

» ROSANA HESSEL

Edilson Rodrigues/Agência Senad



"Essa é a melhor chance que já tivemos para aprovar uma reforma muito importante. Ainda acho que na hora H vai ser possível dar esse presente para o Brasil. Seria uma pena não aprovar"

Armínio Fraga, *ex-presidente do Banco Central*

Enquanto governadores e prefeitos aumentam o impasse nas negociações para a aprovação da Proposta de emenda Constitucional (PEC) 45/2019, da reforma tributária, economistas de diferentes correntes se uniram com empresários, políticos, advogados e formadores de opinião em um manifesto em defesa do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

A carta aberta denominada *Crescimento econômico e justiça social: um manifesto pela reforma tributária*, destaca que a proposta pode não ser a ideal, "mas está alinhada às melhores práticas internacionais". "Reconhecemos que não existe reforma tributária ideal. No entanto, temos confiança de que a reforma tributária, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", afirma a carta, assinada por 67 economistas, empresários e especialistas.

A matéria atravessa um momento decisivo, pois o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar a PEC antes do início do recesso branco do Legislativo, na semana que vem. Mas governadores e prefeitos se mobilizam para mudar o texto, realizando várias reuniões com parlamentares.

"Sabemos que mudanças como essa geram resistências e temor por parte de alguns agentes econômicos e de entes da Federação. Mas temos certeza de que os benefícios para a população e para a economia brasileira serão colhidos por todos", acrescenta o manifesto.

Entre os economistas que assinaram a carta, destacam-se Armínio Fraga e Affonso Celso Pastore, ex-presidentes do Banco Central, e Edmar Bacha, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenador da equipe que criou o Plano Real.

Também estão entre os signatários: Manoel Pires, economista, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV Ibre); Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e ex-diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI); o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega; o ex-senador Roberto Rocha, relator da PEC 110/2019, que também trata do assunto; e o empresário Jorge Gerdau.

Janela

De acordo com Armínio Fraga, existe uma janela de oportunidade aberta para a aprovação da reforma tributária e ela não pode se fechar. Para ele, é um passo que já deveria ter sido dado há muito tempo, porque está maduro e vai ser muito bom para o país. "Essa é a melhor chance que já tivemos para aprovar uma reforma muito importante", afirmou Fraga ao **Correio**.

"Ainda acho que na hora H vai ser possível dar esse presente para o Brasil. Seria uma pena não aprovar. Muitas reformas foram aprovadas nos últimos anos, o que me dá esperança de que essa que está sendo construída há muitos anos possa ser aprovada", disse Fraga.

"As negociações estão ocorrendo. É natural que alguma coisa mude do projeto original, mas a essência, que é a consolidação das 27 legislações estaduais, que são um manicômio completo, e a introdução de um sistema moderno, muito simplificado e com poucas alíquotas baseadas em dados financeiros, facilita imensamente o cumprimento das obrigações, e, do ponto de vista econômico é um fator que vai ajudar a produtividade do país. Porque as decisões serão tomadas em função de fatores econômicos e não tributários", afirmou o ex-presidente do BC.

Fraga defendeu também o equilíbrio fiscal e ressaltou que o setor de serviços ainda arca com uma fatia "muito pequena" da carga tributária. "O equilíbrio é desejável. E, depois, é preciso levar em conta que a variação nas alíquotas não é a última etapa dos ajustes. A economia reajusta os preços também. O impacto não vai ser tão grande", considerou.

Na avaliação do ex-presidente do BC, tem "muito terrorismo" contra a reforma. "Alguns ajustes vão acontecer porque têm que acontecer mesmo. Todas as estimativas e todos os estudos mostram que, a médio e longo prazos, a esmagadora maioria vai ganhar. Até porque o benefício para nação como um todo é certo, porque a nação vai ser mais produtiva", frisou.

Manoel Pires, da FGV, disse que, assim que recebeu a carta, não teve dúvidas em assinar. "Do jeito que está, o texto da reforma tributária ajuda mais do que qualquer outra coisa. O sistema melhora, porque ainda preserva a espinha dorsal da reforma tributária. Foi nesse sentido que eu assinei o texto do jeito que está na carta", declarou o economista ao **Correio**. Otaviano Canuto também fez questão de apoiar o manifesto. "Assinei, em favor da PEC 45, como foi apresentada", disse.

BANCO CENTRAL

Senado chancela Galípolo e Aquino

» EDLA LULA

Fotográfo/Agência Brasil



Gabriel Galípolo (D), o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e Ailton Santos: autonomia circunscrita pela vontade das urnas

O plenário do Senado aprovou por 39 votos a 12, com uma abstenção, a indicação do economista Gabriel Galípolo para o cargo de diretor de Política Monetária do Banco Central. Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Galípolo não negou a que veio, mas ressaltou que foram os seus atributos técnicos que o colocaram onde está.

Antes de ter seu nome submetido ao plenário da Casa, Galípolo, que até junho exercia o cargo de secretário Executivo do Ministério da Fazenda, foi sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Questionado pela senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra do governo Jair Bolsonaro, sobre a autonomia do Banco Central, o economista respondeu que "não cabe aos diretores do Banco Central opinar ou dar qualquer diretriz sobre isso (autonomia)".

Galípolo disse, no entanto, que há certa incompreensão do que seja a autonomia técnica da instituição. "Muitas vezes se entende autonomia do Banco Central como se fosse uma autonomia do processo democrático ou como se alguém quisesse ser indicado para fazer alguma coisa à revelia da vontade democrática. Tenho certeza de que não é o desejo de ninguém que esteja ocupando ou é candidato a ocupar o papel de uma autarquia", comentou."O poder eleito democraticamente, a vontade das urnas é que determina qual é o destino econômico da nossa sociedade", completou.

O economista participou da elaboração da política econômica do governo desde a fase de transição. Era o braço direito de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda. Por isso, sua indicação tem sido apontada como uma manobra do governo para fazer valer a vontade do Executivo nas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro, é alvo frequente de críticas por relutar em dar início ao ciclo de redução da Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

No depoimento, Galípolo disse que não se sente "preposto" do governo, mas uma indicação técnica. "Estou sendo muito bem acolhido e espero que a indicação do presidente e a de vocês venha com esse embasamento a uma capacidade técnica para desempenhar o papel e tentar ajudar nessa interlocução (entre o BC e o governo)." Ele evitou dizer diretamente o que espera da Selic, mas comentou que as taxas de juros futuras já sinalizam queda ao longo do tempo.

Coincidentemente, o novo diretor participará da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para agosto, na qual, segundo as expectativas do mercado, a Selic deverá ser reduzida.

Fiscalização

Na mesma sessão de ontem, o advogado Ailton de Aquino Santos, funcionário de carreira do BC, teve sua indicação aceita para a diretoria de Fiscalização, com 42 votos a favor, 10 contra e uma abstenção. Aquino entra para a história da autarquia como o primeiro negro a integrar a diretoria.

Na sabatina, Aquino defendeu o papel do BC como uma autarquia de Estado, e disse que o sistema financeiro do país é sólido. "Temos hoje um sistema financeiro moderno, complexo, sólido, no qual se destaca o papel do Banco Central como regulador e supervisor para que se mantenha tal estabilidade e nível de concorrência", disse. No entanto, apontou a necessidade de urgente de concursos públicos para fortalecer o quadro de servidores. Segundo ele, hoje o contingente é reduzido, o que prejudica a fiscalização.

Segundo Aquino Santos, o BC tem sob supervisão 1,8 mil entidades organizadas, desde grandes conglomerados bancários, até pequenas cooperativas ou instituições de pagamento.